

Percepção de extensionistas rurais catarinenses sobre aspectos do gerenciamento da propriedade agropecuária

Antonio Waldimir Leopoldino da Silva¹, Alexandre Rogério Ramos² e Luiz Alberto Nottar¹

Resumo - O presente estudo visou avaliar a percepção de extensionistas rurais (ER) sobre a administração de propriedades agropecuárias e variáveis relacionadas, por meio de um questionário estruturado aplicado a técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Os resultados mostram que não houve diferença entre os ER quanto à avaliação do desempenho do produtor no papel de administrador rural, mas a proporção de opiniões positivas foi significativamente maior entre os ER mais idosos e/ou com maior tempo de atuação. Na visão majoritária dos ER, os agricultores dedicam-se mais aos aspectos técnicos do que aos gerenciais do sistema de produção, e idade avançada e o baixo nível de escolaridade dificultam o registro de informações e o controle contábil das atividades. Os ER apontam, também, que a maior parte dos agricultores não separa os gastos com a família e no sistema produtivo, que os produtores preferem investir na propriedade rural ao invés de possuir maior liquidez de caixa, e que o momento da venda da produção é definido pela necessidade de recursos financeiros. Os resultados indicam a necessidade de uma ação mais efetiva da extensão rural na área gerencial das unidades produtivas.

Termos para indexação: Administração rural; extensão rural; gestão agropecuária

Perception of rural extensionists of Santa Catarina state on aspects of agricultural farm management

Abstract - This study aimed to evaluate the perception of rural extension agents (REs) on the management of the farm and related variables, through a structured questionnaire applied to technicians of the Agricultural Research and Rural Extension Company of Santa Catarina (Epagri). The results show that there was no difference between the REs regarding the evaluation of the performance of the producer in the role of rural administrator, but the proportion of positive opinions was significantly higher among the older and/or with longer time in extension activity. In the majority view of the REs, farmers dedicate themselves more to the technical aspects than to the management of the production system, and advanced age and the low level of schooling make it difficult to record information and accounting control of activities. The REs also point out that most farmers do not separate the expenses with the family and of the productive system, that farmers prefer to invest in farm rather than have greater cash liquidity, and that the timing of sale of production is defined by the need for financial resources. The results indicate the need for more effective action of the rural extension in the managerial area of the production units.

Index terms: Rural management; rural extension; agricultural management

Introdução

A administração rural envolve um conjunto de decisões que buscam melhor combinar os recursos físicos, financeiros, humanos e mercadológicos disponíveis, visando obter resultados satisfatórios quanto aos objetivos econômicos, pessoais e sociais do produtor (CANZIANI, 2001; CELLA, 2002). Para Batalha et al. (2009), as tecnologias de gestão são, ao lado das tecnologias de pro-

duto e de processo, parte fundamental dos conhecimentos que uma empresa rural deve dominar para obter sucesso. Comprovando este fato, Simioni et al. (2015) verificaram que a realização de práticas de gestão no sistema produtivo impactou positivamente a receita monetária das atividades agropecuárias de 59 propriedades rurais catarinenses. Os desafios gerenciais que cercam a atividade primária estão posicionados em dois níveis: a gestão do sistema (cadeia

agroindustrial como um todo) e gestão da propriedade rural. É neste segundo nível que o presente trabalho se detém.

A maioria dos extensionistas rurais retratados no presente trabalho considera que o agricultor não dispõe de conhecimento satisfatório no tocante à administração de seu empreendimento (SILVA et al., 2012). Evidencia-se, portanto, a necessidade de atuação da assistência técnica e extensão rural (ATER) como orientadora e capacitadora

Recebido em 24/5/2017. Aceito para publicação em 9/3/2018.

<http://dx.doi.org/10.22491/RAC.2018.v31n2.9>

¹ Engenheiro-agrônomo, Dr., Udesc/CEO, Rua Beloni Trombeta Zanin, 680-E, Bairro Santo Antônio, 89815-630 Chapecó, SC, fone: (49) 2049.9551, e-mail: awls12@hotmail.com, luiz.nottar@udesc.br.

² Engenheiro-agrônomo, M.Sc., Cooperativa Agroindustrial Alfa (Cooperalfa), 89805-902 Chapecó, SC, fone: (49) 3321-7135, e-mail: alexandre.ramos@cooperalfa.coop.br.

dos produtores rurais neste tema. Mais de 96% dos profissionais entrevistados concordaram que o apoio de profissionais qualificados poderia colaborar para que o agricultor melhorasse o nível de gerenciamento de sua propriedade, mas, por outro lado, 63% dos técnicos reconheceram sua preferência por trabalhar na área da produção agrícola em relação à da administração rural (SILVA et al., 2012).

Segundo Batalha et al. (2009), a gestão rural é uma área carente de pesquisas e insuficientemente abordada na literatura, o que demonstra a necessidade de ampliar o escopo de estudos sobre o assunto. Os agentes de ATER têm muito a contribuir neste sentido, pois, por sua proximidade com o produtor rural, constituem um público qualificado para apontar as eventuais deficiências dos sistemas de gestão das propriedades que assistem e orientam. Assim, a visão dos extensionistas serve como um indicativo dos pontos que merecem maior atenção no desenrolar da orientação técnica ou mesmo na formulação de políticas para o setor.

O presente estudo visou verificar a percepção de extensionistas rurais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, no que diz respeito à atuação e ao desempenho do produtor rural como gerenciador da propriedade agrícola, isto é, no segmento “dentro da porteira”.

Material e métodos

A pesquisa foi conduzida nos meses de março e abril de 2011, tendo sido aplicada a 739 extensionistas rurais da Epagri (representando a totalidade dos profissionais que ocupavam o cargo de Agente de Extensão Rural à época), mediante encaminhamento pela própria Empresa. Os técnicos receberam, em seu endereço eletrônico profissional, o instrumento de avaliação e um documento de apresentação com os objetivos da atividade e instruções de preen-

chimento e devolução (igualmente via eletrônica). Um total de 151 extensionistas rurais responderam o questionário, perfazendo um índice de retorno de 20,43%.

O instrumento de pesquisa foi um questionário estruturado composto por questões fechadas, cada uma delas formada por uma afirmação acerca do tema. A percepção dos extensionistas rurais foi mensurada através de escala Likert com cinco níveis de opção: (1) discordo plenamente; (2) discordo parcialmente; (3) não concordo nem discordo; (4) concordo parcialmente; (5) concordo plenamente. A elaboração do questionário buscou subsídios nos trabalhos de Canziani (2001) e Cella (2002).

Os resultados são descritos de duas formas: (i) percentual de extensionistas rurais que assinalaram cada uma das cinco alternativas, tendo, como base, o total de respondentes à respectiva questão; e (ii) percentual de extensionistas rurais concordantes ou discordantes (ERCD), calculado sobre o total de respondentes que optaram por alternativas de concordância ou de discordância, ou seja, retirando da base de cálculo os respondentes que escolheram a alternativa (3).

A idade e o grau de escolaridade do extensionista rural, bem como o tempo total de atuação em ATER (na Epagri ou em outra organização) tiveram seu efeito sobre a questão-chave da pesquisa (Q.01) avaliado pelo Teste do Qui-Quadrado, apenas em termos de ERCD.

Resultados e discussão

A pesquisa envolveu extensionistas rurais sediados em 120 municípios catarinenses, compreendendo todas as 20 microrregiões geográficas do Estado, definidas pelo IBGE. A idade dos participantes variou entre 27 e 61 anos, com média de $44,5 \pm 8,5$ anos e moda de 47 anos (dez ocorrências). Os participantes apresentavam, no momento da pesquisa, 1 a 36 anos de experiência em atividade de ATER, com média de $16,3 \pm 10,3$

anos e moda de 8 anos (27 extensionistas rurais). Pode-se afirmar, portanto, que compõem um público com experiência profissional na orientação a propriedades agropecuárias, acompanhando a gestão destas por seus respectivos proprietários.

No tocante à escolaridade, o grupo inclui 20 pessoas com ensino médio, seis cursando graduação, 63 graduados, cinco cursando especialização, 30 especialistas, quatro cursando mestrado, 20 mestres, um cursando doutorado e dois doutores, ou seja, 125 pessoas (82,8%) possuem educação superior completa. Das 119 pessoas que informaram o curso de conclusão, 82 (68,9%) são engenheiros agrônomos, cinco (4,2%) são médicos veterinários e os demais 32 (26,9%) distribuem-se em outras 18 formações universitárias. Quanto às atividades com que atuam, 62,6% dos pesquisados listaram a bovinocultura de leite como uma de suas três principais ocupações, sendo que, destes, 63,0% a colocaram como a mais importante. A produção de grãos (referida por 47,6% do público), a olericultura (32,0%), a fumicultura (23,8%) e a fruticultura (21,8%) são as outras atividades de maior envolvimento dos técnicos.

Os resultados do trabalho estão sintetizados na Tabela 1.

A questão-chave da pesquisa (Q.01), que visou avaliar de modo amplo a qualidade do processo de administração das propriedades agrícolas, provocou divisão de opinião entre os pesquisados. Enquanto 70 extensionistas, ou 53% dos ERCD, concordam (um plenamente, 69 parcialmente) que o produtor tem realizado o papel de gerenciador com adequada eficiência, 62 profissionais discordam – e com maior ênfase (11 plenamente, 51 parcialmente). Ainda que o resultado verificado seja prioritariamente decorrente da concepção pessoal de cada extensionista rural, pode, também, ser considerado o reflexo da clássica e óbvia dicotomia existente na administração rural: enquanto alguns agricultores gerenciam adequadamen-▶

Tabela 1. Conteúdo da questão, número de respondentes, distribuição percentual de respostas por alternativa e contraste entre concordância e discordância

Q	QUESTÃO	TR (n°)	DPI	DPr	N	CPr	CPI
			%				
01	De modo geral, o produtor rural realiza o papel de gerenciador da propriedade com adequada eficiência.	151	7,3 47,0*	33,8 --	12,6 --	45,7 53,0	0,7
02	O produtor rural tem maior preocupação e dedicação com os aspectos técnicos da produção do que com os aspectos administrativos de sua propriedade.	150	0,7 3,4	2,7 --	3,3 --	48,7 96,6	44,7
03	Os produtores rurais tendem a reconhecer e valorizar mais os produtores que alcançam altas produtividades agrícolas ou pecuárias, do que aqueles cujas propriedades notabilizam-se pelo controle administrativo.	150	2,0 7,2	4,7 --	8,0 --	38,0 92,8	47,3
04	O produtor rural deve primeiro melhorar a tecnologia e o conhecimento acerca de como aumentar a produtividade de seus empreendimentos, para depois preocupar-se com planos e controles para sua propriedade.	150	43,3 83,2	22,7 --	20,7 --	10,0 16,8	3,3
05	Considerando que o planejamento mental é mais versátil do que o planejamento escrito, é preferível que o produtor rural faça o planejamento da propriedade mentalmente e não por escrito.	151	46,4 85,6	24,5 --	17,2 --	11,9 14,4	0,0
06	No meio agropecuário, não adianta querer controlar tudo por escrito. O importante é o responsável estar sempre presente na propriedade, pois assim efetua os controles de forma visual, mas permanente.	151	34,4 78,2	22,5 --	27,2 --	15,2 21,8	0,7
07	Para um gerenciamento razoavelmente eficiente de sua propriedade, o produtor rural não necessita mais do que observação constante, papel e caneta.	151	17,2 46,3	19,9 --	19,9 --	33,8 53,7	9,3
08	Como o produtor precisa passar a maior parte do tempo cuidando da produção, sobra-lhe pouco tempo para fazer planejamento por escrito e manter controles pormenorizados das áreas financeira e administrativa de sua propriedade.	151	26,5 56,6	19,2 --	19,2 --	29,8 43,4	5,3
09	O produtor rural não mantém controles escritos, ou o faz de forma insuficiente, por falta de vontade.	151	7,9 34,4	19,9 --	19,2 --	45,7 65,6	7,3
10	Os produtores mais idosos têm maior dificuldade e/ou resistência a realizarem o controle escrito das atividades desenvolvidas na sua propriedade rural.	151	0,7 10,1	9,3 --	1,3 --	41,7 89,9	47,0
11	O baixo nível de escolaridade do produtor rural impede ou dificulta que ele tenha um melhor desempenho na administração de sua propriedade.	151	2,7 11,5	7,9 --	7,9 --	51,7 88,5	29,8
12	Os produtores rurais geralmente não adotam sistemas detalhados de controle pela grande dificuldade de se coletar dados precisos ou exatos em nível de campo.	150	12,0 41,0	21,3 --	18,7 --	42,7 59,0	5,3
13	O bom produtor rural sempre possui (e mantém atualizado) um sistema de controle, mesmo que simplificado, do tipo entradas e saídas de dinheiro do caixa.	151	4,6 12,9	7,3 --	7,3 --	37,8 87,1	43,0
14	A grande maioria dos produtores rurais não separa, em seus registros, os gastos com a manutenção da família e os gastos com a manutenção do sistema produtivo.	150	0,7 5,4	4,7 --	2,0 --	28,0 94,6	64,7
15	Os produtores rurais preferem trabalhar nas suas atividades com maior estoque patrimonial (terras, máquinas, instalações, animais) do que com maior liquidez no caixa (disponibilidade financeira). Por isso, em anos de sobra de caixa, preferem investir na propriedade a guardar dinheiro no banco.	151	0,7 12,4	11,2 --	4,0 --	55,0 87,6	29,1

Q: número da questão; TR: Total de respondentes efetivos à questão, ou seja, excluídos os que deixaram a questão sem resposta (em branco); DPI: Discorda plenamente; DPr: Discorda parcialmente; N: Não concorda nem discorda; CPr: Concorda parcialmente; CPI: Concorda plenamente; * % de ERCD (em cada questão, representa o percentual total de concordantes e de discordantes, extraindo da base de cálculo os respondentes com opção pela opinião neutra).

te sua propriedade, outros não o fazem (SILVA, 2016).

A percepção dos ERCD foi afetada significativamente ($P < .01$) pela idade e pelo tempo de atuação em ATER. Profissionais de 45 anos ou menos, bem como aqueles com até 15 anos de experiência, apresentaram um grau de discordância maior (60%) do que de concordância (40%). Por outro lado, 67% dos ERCD com idade ou tempo de atividade acima daqueles limites concordaram com a afirmativa. O grau de escolaridade, expresso em três grupos (sem graduação, graduados/especialistas e mestres/doutores), não influenciou a percepção dos ERCD ($P > .05$). Isso sugere que a visão do técnico sobre a administração da propriedade rural é mediada mais pela experiência e pelo conhecimento prático do que pelo nível de educação formal.

Mais de 96% dos ERCD consideram que o produtor rural apresenta maior preocupação com os aspectos técnicos do que com os aspectos administrativos da propriedade (Q.02). Esta visão é corroborada por Batalha et al. (2009), Godinho et al. (2013) e Deponti (2014). Na mesma linha, cerca de 93% dos ERCD julgam que o agricultor tende a valorizar mais os sistemas agropecuários que alcançam altas produtividades do que aqueles com excelência no controle administrativo (Q.03).

Frente a este cenário, 83% dos ERCD não concordam com a ideia de que o produtor rural deve, primeiro, melhorar a tecnologia e o conhecimento relacionados ao aumento de produtividade, para só depois preocupar-se com planos e controles da produção (Q.04). Sobre isso, Breitenbach (2014) pondera que os produtores têm escassa informação sobre técnicas de produção e novas tecnologias, mas a defasagem é ainda maior no que se refere à gestão de seus estabelecimentos.

Mais de 85% dos ERCD refutam que o planejamento mental é preferível ao escrito, ainda que obviamente mais versátil (Q.05). Face à importância de registros como base para o gerenciamento,

78,2% dos ERCD discordam da ideia de que não adianta realizar controles escritos, e sim o produtor estar na propriedade e praticar o controle de forma visual e permanente (Q.06). A grande maioria dos agropecuaristas não têm a cultura ou hábito de proceder registros escritos (BATALHA et al., 2009; GODINHO et al., 2013; DEPONTI, 2014; SIMIONI et al., 2015). Quando o produtor efetiva alguma anotação, normalmente é de caráter simplista e formulada nos chamados “caderninhos” (KRUGER et al., 2014), sistemática que acaba não se constituindo um processo real de controle ou de apoio à tomada de decisão (BATALHA et al., 2009; DEPONTI, 2014).

Há que se considerar que os registros escritos, embora necessários, não garantem, por si só, a adequada administração da atividade agrícola. Em vista disso, os extensionistas rurais se dividiram quanto ao pressuposto de que é necessário apenas papel, caneta e observação constante para obter um gerenciamento razoavelmente eficiente da propriedade (Q.07), havendo a concordância de 53,7% dos ERCD e discordância levemente inferior (46,3%). Godinho et al. (2013) afirmam que a prática da gestão é a reunião da racionalidade da administração com a intuição e o pragmatismo da liderança. Deste modo, os registros escritos são apenas um entre os inúmeros elementos que determinam o sucesso do gerenciamento agropecuário, justificando o elevado grau de desacordo dos técnicos com relação à afirmativa.

A não realização de controles escritos pode ser creditada a vários fatores: limitação de tempo do agricultor, sua idade avançada, reduzida escolaridade, falta de hábito ou de vontade de realizar a atividade, tradição “cultural” intergeracional, crença de que não há necessidade de executar a prática ou que ela não traz retorno econômico, dificuldade de coletar os dados, baixo nível tecnológico da propriedade, receio de expor os números obtidos na avaliação, entre outros (BATALHA et al., 2009; GODINHO

et al., 2013; DEPONTI, 2014). Alguns destes aspectos foram motivo de questionamento aos extensionistas rurais no presente trabalho.

Verificou-se dissenso entre os pesquisados quanto a considerar a falta de tempo do agricultor como causa para não realização de planejamento e controles escritos (Q.08), com pequena vantagem para a posição de discordância (cerca de 57% dos ERCD). Godinho et al. (2013) assinalam que a vida atribulada do produtor rural, determinada pela sobrecarga de serviços operacionais ligados à produção, dificulta a realização de tarefas administrativas de planejamento, organização e controles escritos, sobretudo nas áreas financeira e comercial. Importante salientar, ainda, que a resposta a esta questão demonstrou relação direta com a assinalada na Q.01: entre os que concordam que o produtor rural gerencia a propriedade com eficiência, 58,5% revela concordância na Q.08; por outro lado, entre os discordantes na Q.01, 69,6% também sinalizam discordância na Q.08.

Para quase dois terços dos ERCD (65,6%), o produtor rural não mantém controles escritos, ou o faz de forma insuficiente, por falta de vontade (Q.09). Deponti (2014) relata que ao longo da realização de oficinas de capacitação os agricultores mostraram-se motivados a realizar anotações. Nas propriedades rurais, porém, os registros não eram praticados, revelando, segundo a autora, falta de comprometimento e de disciplina. Ainda que estes aspectos não representem, propriamente, falta de vontade, agravam-na e são agravados por ela.

A imensa maioria dos profissionais pesquisados (89,9% dos ERCD) acredita que os produtores mais idosos têm maior dificuldade e/ou resistência a realizar o controle escrito das atividades desenvolvidas na propriedade agrícola (Q.10). Deponti (2014) ratifica que a idade avançada do produtor pode dificultar a implantação de práticas de gerenciamento. Ademais, a resistência à ►

inovação é frequentemente associada à idade do gestor (COSTA et al., 2013), em particular no meio rural, tido como conservador por natureza (CELLA, 2002).

Batalha et al. (2009) destacam que, para a formalização do registro das informações, faz-se necessário um nível educacional mínimo. A este respeito, 88,5% dos ERCD entendem que o baixo nível de escolaridade do produtor dificulta ou impede que ele tenha um melhor desempenho na administração da propriedade (Q.11). O limitado tempo de formação escolar dos gestores rurais é destacado por Batalha et al. (2009), Breitenbach (2014) e Zanin et al. (2014). Mesmo entre os agricultores que realizam algum tipo de anotação, um insuficiente grau de instrução frequentemente prejudica ou impede o uso de novas tecnologias, bem como a correta compreensão do significado dos resultados e de como estes impactam o seu sistema produtivo (BATALHA et al., 2009; DEPONTI, 2014).

Godinho et al. (2013, p.48) entendem que “as propriedades rurais não adotam sistemas detalhados de controle pela grande dificuldade de se coletar dados precisos ou exatos”. Esta premissa configurou a Q.12 do presente trabalho. A maior parte dos ERCD (59%) concordaram com esta afirmativa, mas, destes, 89% concordam apenas parcialmente. Foi verificada certa interação entre as respostas à Q.01 e à questão em foco. Entre os que consideram o produtor rural um eficiente gerenciador da propriedade agrícola, 74,5% manifestaram concordância com a afirmativa da Q.12, atribuindo a não adoção de sistemas de controle à dificuldade de coleta de dados. Por outro lado, entre aqueles que não reconhecem um adequado papel do produtor rural em termos gerenciais, a avaliação da Q.12 mostra-se dividida e apenas 46,3% concorda com o enunciado proposto.

Para 87,1% dos ERCD, o bom produtor rural (para melhor compreensão acerca deste constructo, ver CELLA, 2002) possui e mantém atualizado um

sistema de controle, ainda que simplificado, do tipo fluxo de caixa, com registros de entradas e saídas de dinheiro (Q.13). No trabalho de Cella (2002), esta pergunta foi respondida por 140 produtores rurais, dos quais 50% assinalaram notas entre seis e nove, e 45,7% apontaram nota dez, em uma escala que variou de zero (total discordância) a dez (total concordância), demonstrando um posicionamento semelhante ao aqui observado com extensionistas rurais. Simioni et al. (2015) constataram que 37% das propriedades analisadas não realizam sequer o controle simples de entradas e saídas financeiras. Lourenzani & Souza Filho (2009) preconizam que o grau de sofisticação do registro de informações contábeis e não contábeis deve ser compatível com o tamanho e o grau de desenvolvimento da propriedade, mas que as pequenas unidades produtivas familiares “devem, no mínimo, coletar informações sobre receitas e despesas do empreendimento” (p.77). Todavia, o estudo de Zanin et al. (2014) mostra que apenas 12% dos agricultores pesquisados adotam o controle de caixa como rotina em suas propriedades.

Um aspecto relevante no controle financeiro da propriedade rural diz respeito à separação entre os gastos realizados para manutenção da família e os gastos relativos ao sistema produtivo. Cerca de 95% dos ERCD consideram que a grande maioria dos produtores rurais não executa, em seus registros, tal separação (Q.14). Esta posição tem relação com as observações de Kruger et al. (2014) e Zanin et al. (2014), ao verificarem que a separação de gastos não foi feita, respectivamente, por 86,7% e 94,3% das unidades agropecuárias analisadas. Godinho et al. (2013) mencionam que “os produtores rurais não separam em seus registros os gastos da família e da propriedade” (p.48) e que “não permitem o acesso dos técnicos às informações relacionadas a gastos familiares, mesmo quando esse assunto representa um problema administrativo importante na empresa agropecuária”

(p.47).

O fato de os produtores rurais preferirem trabalhar com maior conteúdo patrimonial – terra, máquinas, instalações – do que com maior disponibilidade financeira (e, por isso, priorizarem investimentos na propriedade e não reservas monetárias), é reconhecido por 87,6% dos ERCD (Q.15). Segundo Canziani (2001), esta postura adotada pelos agricultores traz alguns pontos positivos, como a contenção de gastos da família; um maior patrimônio para o estabelecimento, que pode vir a servir como garantia na obtenção de crédito; e a possibilidade de adoção de novas tecnologias, com conseqüente aumento na produção. Em levantamento junto a 100 produtores rurais de Mafra/SC, Brantl & Schafaschek (2014) verificaram que, em caso de superávit financeiro (receitas maiores do que custos e despesas), 80% dos entrevistados reinveste na propriedade, a fim de ampliar a capacidade de produção desta, 19% realizam algum tipo de poupança, e 1% usa o montante para aquisição de supérfluos.

Silva (2016) assinala que é preciso aumentar o comprometimento da ATER com a gestão rural. Uma das formas de alcançar este propósito está na oferta de oportunidades para treinamento e profissionalização do homem rural não só como produtor, mas especialmente como gestor, fato já destacado por Batalha et al. (2009), Deponti (2014), Kruger et al. (2014) e Zanin et al. (2014). Porém, a iniciativa pode ir mais longe. Ainda que uma expressiva fração (79,5%) dos extensionistas rurais entrevistados se considere bem preparada na área de administração rural, nada menos do que 97,9% destes profissionais julga que precisa atualizar-se ou capacitar-se nesta área (SILVA et al., 2012). De fato, a realidade do ambiente macroeconômico exige não só dos produtores, mas também dos profissionais de ATER, a busca de novos conhecimentos, a geração de novas habilidades e a adoção de novas posturas e posicionamentos sobre negócios (CANZIANI, 2001).

Conclusões

Face à sua experiência cotidiana no setor produtivo primário, os extensionistas rurais constituem um público privilegiado para analisar a condição predominante e o *status quo* da realidade deste meio, salvo alguma condição específica. Ao avaliarem o desempenho do produtor rural como gerenciador da propriedade, os extensionistas rurais demonstraram uma posição dividida, com mais avaliações positivas entre os profissionais de mais idade e/ou tempo de atividade em ATER, mas sem influência do grau de escolaridade. Em que pese esta divisão, os dados verificados no corpo da pesquisa reforçam o entendimento, retratado na literatura especializada, de que, de forma geral, o processo gerencial das propriedades agrícolas necessita ser aprimorado tecnicamente.

É preciso, portanto, promover ações que levem à melhoria e à intensificação do nível de gerenciamento das propriedades agropecuárias, em especial as conduzidas através da gestão familiar. Agências e programas de ATER devem dar particular atenção a este enfoque, motivando e capacitando não só produtores, mas também os técnicos em atuação a campo, pois nestes também se faz notar certa deficiência de direcionamento e de conhecimento para com a questão administrativa.

É quase um lugar comum a referência às falhas administrativas e de controle gerencial próprias dos agricultores. Porém, é preciso buscar meios para superar tais limitações. Neste sentido, a literatura tem feito referência à necessidade da informatização dos dados, de modo a torná-los facilmente disponíveis e acessíveis, empregando tecnologias que possibilitem aos produtores lançar e visualizar resultados. Uma vez obtidos de forma rápida, estes dados facilitariam a tomada de decisão do produtor e da ATER, permitindo “prever” e

antecipar-se às situações. As formas de análise econômica existentes hoje, na sua grande maioria, proporcionam a geração de históricos que auxiliam apenas a tomada de decisão futura e não em tempo real, o que é mais um fator a desestimular o produtor a manter anotações e controles.

Referências bibliográficas

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M.. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UdUFSCar, 2009. p.43-65.

BRANTL, T.E.; SCHAFASCHEK, M.B. Gestão do orçamento de famílias rurais. **Cadernos Acadêmicos**, v.6, n.2, p.68-91, 2014.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio – desafios e limitações. **Desafio Online**, v.2, n.2, p.714-731, 2014.

CANZIANI, J.R.F. **Assessoria administrativa a produtores rurais no Brasil**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2001. 224f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

COSTA, C.H.G.; CASTRO JÚNIOR, L.G.; ANDRADE, F.T.; CALEGARIO, C.L.L. Fatores condicionantes da gestão de custos de produção dos cafeicultores do Sul de Minas Gerais. **Custos e @gronegócio on line**, v.9, n.2, 2013.

DEPONTI, C.M. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **REDES – Revista do Desenvolvimento**

Regional, v.19, ed. especial, p.9-24, 2014.

GODINHO, R.F.; SOARES, V.E.; BERTIPAGLIA, L.M.A.; DIAN, P.H.M. Gestão empresarial em sistemas de produção de leite na microrregião de São João Batista do Glória (MG). **Ciência et Praxis**, v.6, n.12, p.39-49, 2013.

KRUGER, S.D.; GLUSTAK, E.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v.4, n.2, p.134-153, 2014.

LOURENZANI, W.L.; SOUZA FILHO, H.M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UdUFSCar, 2009. p.67-93.

SILVA, A.W.L.; SOUZA, J.A.; DANDOLINI, G.A.; SELIG, P.M. Conhecimento e administração da propriedade agrícola: uma (auto)avaliação da extensão rural pública catarinense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50, Vitória, 22-25/jul/2012. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012. p.1-15.

SILVA, R. Fazendeiros não fazem a contabilidade correta. **Revista de Política Agrícola**, ano 25, n.3, p.125-129, 2016.

SIMIONI, F.J.; BINOTTO, E.; BATTISTON, J. Informação e gestão na agricultura familiar da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.11, n.3, p.152-177, 2015.

ZANIN, A.; OENNING, V.; TRES, N.; KRUGER, S.D.; GUBIANI, C.A. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v.13, n.40, p.9-19, 2014. ■